

Formação discursiva e constituição da reexistência: a fala feminina negra no discurso midiático em tempos de pandemia

Discursive formation and constitution of reexistence: black female speech in media discourse in times of pandemic

Ady Canário de Souza Estevão¹

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

adycanario@ufersa.edu.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a constituição da reexistência por meio da fala feminina negra inscrita na formação discursiva midiática. Para tanto, ancora-se nas formulações teóricas da Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, nas contribuições foucaultianas e em diálogo com os estudos étnico-raciais decoloniais. Na análise, recorreremos a três enunciados coletados de um portal brasileiro de notícias *on-line*, em que uma mulher negra, mãe e empregada doméstica é entrevistada durante a pandemia do Covid-19. Os resultados apontam para uma fala feminina negra entre a desigualdade, preconceito, discriminação e que encontra lugares de reexistência negra possível no enfrentamento às opressões. Concluimos que o discurso midiático inserido em formações discursivas reatualiza as memórias acerca dos modos de viver e morrer de grupos étnico-raciais na contemporaneidade.

Palavras-chave: Discurso; Reexistência; Mídia.

ABSTRACT: This article aims to analyze the constitution of the reexistence through black female speech inscribed in media discursive formation. Therefore, it is anchored in the theoretical formulations of Discourse Analysis (AD) with a French strand, in Foucauldian contributions and in dialogue with decolonial ethnic-racial studies. In the analysis, we used three statements collected from a Brazilian online news portal, in which a black woman, mother and domestic worker is interviewed during the Covid-19 pandemic. The results indicates to a black female speech between inequality, prejudice, discrimination and that finds places of possible black re-existence in the face of oppression. We conclude that the media discourse inserted in discursive formations refreshes the memories about the ways of living and dying of ethnic-racial groups in contemporary times.

Keywords: Discourse; Re-existence; Media.

¹ Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró/RN. Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal/RN.

1 Introdução

A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) entrou para a história afetando milhões de vidas, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo, tornando mais evidente a desigualdade racial e o racismo. Além disso, mostrou o impacto nas pessoas negras, àquelas autodeclaradas pretas e pardas, que somam mais de 56,7% da população brasileira. Esse povo parece mais exposto ao contágio e morte, principalmente porque podem fazer parte de grupos de risco. Conforme dados e análises sobre questões de gênero e raça informados pela empresa Gênero e Número², em 2020, as pessoas negras, mulheres e comunidades LGBTQ+ são as mais expostas, pois incidem sobre elas o crescimento da violência, do racismo na pandemia, nas camadas mais vulneráveis da população. Logo, essa informação aponta uma situação para as comunidades historicamente inferiorizadas em situação de vulnerabilidade social. Assim, faz-se “necessário compreender, na genealogia que instaura formas de ser e estar no mundo, como o sujeito se constrói no devir das movências que dissocia a unidade entre o que era e o que virá a ser, no eixo das sucessivas fragmentações temporais e espaciais” (NASCIMENTO; SANTOS, 2020, p. 2).

Nessa conjuntura, podemos constatar uma agenda da pandemia nos sistemas de comunicação contemporâneos, reportagens, entrevistas, depoimentos, cartas, entre outros, fluindo, operando diversos sentidos em enunciados como: “fique em casa”, “lave as mãos”, “o isolamento é a única forma de proteção”, exercendo regularidades enunciativas pertencentes a determinadas formações discursivas.

Desse modo, passamos a analisar uma série enunciativa acerca do movimento “vidas negras importam”, cuja maior sedimentação ocorreu em meados de maio de 2020 durante os protestos pelo assassinato de George Floyd nos Estados Unidos. A presença do negro se deu frente a esses acontecimentos, que passaram a ser televisionados. Estamos vivendo o tempo de um vírus, de uma pandemia, do genocídio, em que “o negro no Brasil está sendo rapidamente liquidado nas malhas difusas, dissimuladas, sutis e paternalistas do genocídio mais cruel dos nossos tempos” (NASCIMENTO, 2016, p. 95).

Nessa linguagem do discurso midiático, observamos o tema étnico-racial nos modos de reexistência, com destaque para as mulheres negras no interior de Formações Discursivas (FD). Esse pensamento faz parte do referencial teórico adotado neste trabalho, por isso, a

² Empresa social Gênero e Número. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/retrospectiva-2020/>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

nomeamos antes mesmo da análise. Entendemos que esse conceito de FD opera aquilo que, numa dada formação ideológica, vai determinar o que pode e deve ser dito. As formações ideológicas são então um “conjunto complexo de atividades e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas com as outras”, como definem Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166, grifo dos autores).

Nesse sentido, visibilizamos as mulheres negras, pois é sobre elas que recaem as desvantagens e vulnerabilidades nas condições de classe, gênero e raça, quando comparadas às mulheres brancas. A formação discursiva, assim entendida, opera um papel de emoldurar imagens e narrativas que possam nos fazer entender as variadas formas de reconfiguração do racismo e produção de sentido de novos modos de resistência e poder na sociedade de controle (MANSANO, 2009). Assim, a reexistência aqui pode ser explicada por meio da formação discursiva educacional, quando dialogamos na posição sujeito professora e mulher negra, mobilizando a fala feminina das mulheres negras como espaço de reexistência, “[...] ainda que não se perceba ou não sejam valorizadas, há no cotidiano uma reinvenção de práticas de uso da linguagem que os sujeitos realizam e que estão ancoradas sobretudo nos referenciais e na história de vida das pessoas (SOUZA, 2019, p. 70). Partimos do pressuposto de que a reexistência do sujeito negro se revela como uma condição de superação do preconceito e discriminação, por isso, essa reexistência se assenta na resistência na qual “[...] resistir não é somente endurecer e sobreviver, é muito mais que isso, é resistir existindo de maneira nova e coerente com sua história ainda sendo contada” (SOUZA, 2019, p. 74). Assim, em que medida a reexistência feminina negra vai se constituindo no discurso midiático em tempos de pandemia, e como vai se instaurando a fala da mulher negra, em notícias de portais eletrônicos, em função do racismo?

Nosso interesse se justifica pelo ponto de vista de uma sociedade racista, em que temos a necessidade de buscar reflexões sobre questões raciais que abrangem a invisibilidade, a desqualificação da mulher negra e o exercício de reexistência inscrito, bem como nas relações de poder da mídia na atualidade. Além disso, da “[...] necessidade de intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira” (BRASIL, 2004, p. 9). Nisso, é preciso observar a função dos meios de comunicação como práticas discursivas que operam relações de poder, exercendo um papel influenciador tanto na afirmação como na negação do racismo, considerando os temas que dizem respeito às formas como as desigualdades raciais são compreendidas e

perpassam os sistemas sociais. Precisamos refletir sobre ações antirracistas dentro de uma postura ética, plural e de nossa existência (RIBEIRO, 2019). Assim, as variadas materialidades discursivas da mídia nos posicionam enquanto sujeitos, sobretudo as mulheres negras de camadas mais vulneráveis, uma vez que enfrentam momentos de exclusões e lutas em razão do racismo. Apesar da pandemia, esse tempo estabelece a resistência diante do fortalecimento de grupos e coletivos. Intelectuais, pesquisadores e ativistas do movimento negro “[...] assinalam a potência transformadora de novos/outros discursos para reposicionar o lugar simbólico e real da população negra no mundo” (BORGES, 2012, p. 180).

Nesse cenário, este trabalho é resultado de atividades realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Discursos e Sociedade (GEPEDS) e Coletivo NEGRAS – Núcleo de Estudos de Gênero, Relações Étnico-Raciais, Aprendizagens e Saberes³, no intuito de contribuir para a discussão e reflexão sobre a igualdade racial durante eventos remotos realizados nas universidades e escolas. Buscamos fortalecer o debate no campo da linguagem e dos estudos discursivos dando visibilidade aos efeitos de sentido dessa temática entre pesquisadores, estudantes e movimentos sociais. Dessa maneira, vemos uma emergência de propostas que tragam manifestações discursivas na compreensão da inscrição dos sujeitos negros na sociedade cujo racismo é base fundante das relações étnico-raciais. Com isso, falamos de um grupo expressivo da população, ainda historicamente discriminado, e de sua reexistência.

À luz da perspectiva teórica dos estudos linguístico-discursivos, este artigo tem como objetivo analisar a constituição da reexistência por meio da fala feminina negra inscrita na formação discursiva midiática. Nossas ideias estão pautadas nas formulações de Foucault (2005) sobre discurso, formação discursiva, resistência inscrita nas relações de poder em diálogo com o campo dos estudos sociais e educacionais sobre questões étnico-raciais referentes às mulheres negras e a reexistência.

Desse modo, adotamos a abordagem metodológica discursiva, qualitativa e interpretativista (MINAYO, 1994) cujo *corpus* de nossa análise foi recortado da *Internet*, composto por três enunciados⁴ extraídos de um portal brasileiro de notícias *on-line* no

³ O GEPEDS, fundado em 2015, cadastrado no CNPq, dedica-se aos estudos e pesquisas que focalizam a educação, os discursos e a sociedade. O Coletivo NEGRAS, Núcleo desde 2015, Projeto de Extensão desde 2019, realiza ações educativas antirracistas a partir da valorização das mulheres negras. Ambos na UFERSA.

⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/02/crianca-de-5-anos-morre-apos-cair-do-9o-andar-de-predio-no-centro-do-recife.ghtml>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/04/meu-rosto-estaria-estampado-diz-mae-de-menino-que-morreu-ao-cair-de-predio-ao-identificar-primeira-dama-de-tamandare-como-patroa.ghtml>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

Nordeste. Tomamos uma série enunciativa na formação discursiva midiática acerca de sujeitos cujas vozes emergem em materialidades de sentido, especialmente de uma mulher negra, mãe e empregada doméstica, com a finalidade de interpretar os discursos, o que dizem e nas condições de existência do sujeito. Assim, olhamos para essa produção discursivamente e historicamente para a ordem em referência ao acontecimento da morte do menino Miguel Otávio Santana da Silva. Apresentamos um trajeto nas notícias que trazem os pronunciamentos da sua mãe, Mirtes Renata de Souza Santana, que ganharam destaques nos noticiários de todo o país.

No sentido de compreender a discursividade e a produção de efeitos de sentido nos discursos analisados, contextualizamos o caso Miguel Otávio, que ocorreu em 2 de junho de 2020, na cidade de Recife-PE, quando o menino foi levado pela sua mãe, Mirtes, para a casa onde trabalhava como empregada doméstica porque não teve com quem deixar o seu filho em razão da pandemia da Covid-19. Assim, a patroa pediu que Mirtes fosse passear com o cachorro da família, tendo o filho ficado no apartamento com ela, que deixou o menino usar um elevador, desacompanhado, para buscar a mãe e cuidar das unhas. Miguel entrou no elevador, no quinto andar, e chegou até o nono, onde aconteceu a queda.

Quando observamos esses enunciados, vimos sujeitos sociais marcados na repercussão midiática que coloca em questão os objetivos elencados neste estudo. A morte abrupta do menino Miguel se soma às histórias de tantas outras crianças negras que tiveram suas infâncias interrompidas pela violência racial, exemplificadas de forma breve neste trabalho: João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, foi assassinado dentro de casa em São Gonçalo-RJ em 18 de maio de 2020; no período de dez meses, também morreram Ágatha Félix, de 8 anos, Kauê Ribeiro dos Santos, de 12 anos, Kauan Rosário, de 11 anos e Jenifer Silene Gomes, de 11 anos, todas ocorridas no Rio de Janeiro. Essas mortes representam a perversidade do racismo e do genocídio negro brasileiro, incidindo diretamente sobre os corpos dos sujeitos negros. Assim, é possível estabelecer relações de sentido com outras regularidades discursivas da mídia.

Nesse sentido, o caso Miguel fez emergir sequências discursivas nos possibilitando investigar acerca da fala feminina negra e a constituição da reexistência na formação discursiva da mídia. Para Foucault (2005), precisamos estar prontos para acolher o discurso em sua irrupção histórica e dispersão temporal, no sentido de refletir sobre as materialidades

Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/11/25/mae-de-miguel-mirtes-se-matricula-em-curso-de-direito-meu-filho-me-deu-o-dever-de-ajudar-o-proximo.ghtml>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

de sentidos do dispositivo do racismo na ordem do discurso da atualidade. É válido dizer que essa temática, há algum tempo, vem sendo estudada na academia. Assim, nos acontecimentos discursivos da História em materialidades da mídia, vemos a recorrência do tema do racismo, como no caso recente de Miguel, emergindo alguns enunciados.

Ressaltamos a importância deste trabalho por se voltar para um caso que nos chamou a atenção no embate entre discursos numa cidade do Nordeste, uma das regiões mais afetadas pela pandemia, assentados em raízes históricas e em enunciados implicados numa ordem discursiva pandêmica. E assim, nos deparamos com posicionamentos discursivos de uma mulher negra na narrativa feminina na mídia representativa da construção de sentidos de como resistimos.

Diante dessas questões, o presente artigo estrutura-se em duas seções: na primeira, apresentamos os conceitos gerais que darão suporte para a análise do *corpus*; na segunda, trazemos a análise do *corpus* e os resultados encontrados.

2 Esboço teórico acerca de discurso, formação discursiva e reexistência no contexto de desigualdades: mulheres negras no dispositivo do racismo

Nesta seção trazemos conceituações gerais na perspectiva da Análise do Discurso (AD) de inspiração foucaultiana, a partir das contribuições foucaultianas em suas formulações sobre formação discursiva. A fala feminina negra se enquadra no lugar de existência, resistência e, sobretudo, de reexistência no contexto das desigualdades raciais, relacionadas às práticas discursivas na relação entre linguagem e sociedade, além do dispositivo do racismo, ou seja, “[...] dentro de um campo de pesquisas que convencionalmente denomina-se *análise do discurso de linha francesa* e que tem em Michel Pêcheux o seu centro de gravitação” (GREGOLIN, 2004, p. 13, grifo da autora).

É preciso dizer que nossas reflexões se aproximam dos aspectos das desigualdades, racismo e mulheres negras, tendo como foco central a emergência do discurso da reexistência na fala feminina negra na mídia. Para tanto, nossas considerações se fazem em diálogo com os estudos sociais, educacionais e decoloniais, pautados nas relações étnico-raciais. É preciso ressaltar o papel do movimento negro na denúncia do racismo, no enfrentamento ao preconceito e as variadas formas de discriminação numa sociedade racista.

Nesse sentido, o discurso aqui é entendido não como fala, mas como prática discursiva que se dá numa descontinuidade e dispersão de sentidos. Trata-se das “práticas que formam

sistematicamente os objetos de que falam”, como concebeu Foucault (2005, p. 55). Essa noção deve ser entendida como um acontecimento histórico e social. Para Foucault (2005, p. 132):

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoie na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.

Em relação ao discurso midiático, pressupomos que é no seu funcionamento discursivo que os sentidos são produzidos de forma heterogênea e para o qual operam descrições e possibilidades de interpretações, visto que perpassa o exercício entre saberes e poderes. Noutras palavras, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mais aquilo, por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2004, p. 10). Assim, o que falamos produz efeito de sentido no pensar a reexistência de sujeitos negros na mídia articulados com a língua e com a história. Por sua vez, tais discursos inserem-se em determinadas formações discursivas (FD), conceito que diz respeito a um conjunto de regularidades discursivas, sendo esta noção central para os estudos discursivos que tomam como objeto a língua e sua exterioridade.

No sentido foucaultiano, uma formação discursiva se dá:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (FOUCAULT, 2005, p. 43).

Desse modo, a Análise do Discurso pode ser vista como um vasto campo teórico que nos ajuda a pensar gestos de leitura e interpretação dos discursos, por exemplo, do discurso midiático, entre outros. Cremos ser fundamental destacar o empreendimento desse conceito de formação discursiva, e o que este traz para o entendimento de elementos nessa positividade, o lugar de construção do sujeito negro e no qual se articulam Língua e História.

Nesse pensamento, os enunciados pronunciados por sujeitos negros, especialmente pela fala feminina de mulheres negras na mídia, nos desafiam a olhar para eles, dentre as inúmeras possibilidades para a inscrição dessa formação discursiva no funcionamento de enunciados de portais eletrônicos.

Faz-se importante dizer acerca da noção de resistência, que se caracteriza nas relações de poder, bastante complexas na sociedade, pois “[...] enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas” (FOUCAULT, 2013, p. 232). Isso nos permite pensar o discurso como um elemento determinante na construção do sujeito e da emergência de espaços de lutas antirracistas na base de processos discursivos inscritos em formações discursivas. Para Revel (2005, p. 74):

a resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte.

Esse entendimento é fundamental para os estudos sobre as práticas de resistência, inter-relacionadas à reexistência e subjetividade. Essa inter-relação explica-se a partir do conceito foucaultiano de resistência, como coloca Souza (2003, p. 41), “[...] resistir não é deter-se em si como origem de subjetividade, mas enveredar para outros modos de subjetivação tomando atalhos por onde o discurso que determina a verdade do sujeito não entra [...]”.

Pela via foucaultiana, o racismo, enquanto dispositivo, é produtor de relações de poder, pois é exercido por sujeitos, instituições e estruturas sociais, ressaltando que “[...] lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 105). O enunciado midiático deve ser pensado no interior das relações de poder, resistência e reexistência para a mulher negra, que produz sentido de lugares de resistência, perpassando as desigualdades raciais em tornar possível o agenciamento de seu funcionamento no cenário de luta antirracista. É preciso pensar como o sujeito negro se posiciona, resiste e reexiste nessa estrutura e as formas de compreensão dos dizeres que o constitui enquanto tal.

Levando em consideração a relação entre discurso e reexistência no dispositivo do racismo, seguindo essa perspectiva no campo da linguagem, ponderamos com Brito, Muniz e Souza (2018, p. 608), que propõem a reexistência como as “[...] possibilidades de se viver a linguagem que contemplem as formas como o povo negro vem engendrando modos de existir, resistir e reexistir às opressões e cerceamentos a que não queremos mais nos submeter”. Isso deve levar em consideração a cosmovisão negra para subverter as práticas racistas que ainda

estruturam as nossas relações de saber-poder em situações de regulação e emancipação (GOMES, 2017).

Nesse sentido, achamos pertinente tentar explicar as regularidades enunciativas, que dizem respeito ao sujeito negro na sociedade, sem deixar de considerar que “[...] os focos de resistência se disseminam pelo meio social, definindo comportamentos e marcando vidas” (MOREIRA, 2002, p. 19). Essa reexistência está relacionada a uma estética da existência e resistência no interior das desigualdades raciais. É nesse contexto, e sobretudo no dispositivo do racismo, que as mulheres negras vão constituindo sua reexistência.

As relações étnico-raciais no tocante às mulheres negras perpassam práticas que as constitui como sujeitos sociais, devidamente posicionadas, historicamente excluídas e invisibilizadas numa sociedade racista e patriarcal. Elas vão agindo afetadas por variadas formações discursivas (educacionais, religiosas, midiáticas, políticas etc.), e se constituindo em lugares de reexistência e, conseqüentemente, produzindo posições no enfrentamento às desigualdades raciais e ao racismo estrutural. Essas relações enunciam processos de uma reeducação nos quais vemos a mídia como um espaço possível de reconhecimento dos saberes construídos a partir do conjunto do movimento negro na luta por emancipação social (GOMES, 2017).

Quando colocadas em discurso, as relações étnico-raciais produzem novos modos de constituição de subjetividades, trazendo possibilidades de descrição e análise de variadas práticas discursivas no interior das formações discursivas. É o caso dos enunciados da mídia que empreendemos na análise mais adiante, e que possibilitam discussões sobre o discurso da fala feminina, indicando uma rede discursiva na qual o discurso midiático e a mulher negra fazem ecoar vozes advindas em condições de produção de vozes de mulheres silenciadas ao longo da história (BRAGA; PIOVEZANI, 2021).

É preciso lembrar que as desigualdades raciais são, no Brasil, práticas de linguagem que fazem perpetuar a discriminação, o preconceito e o racismo por conta dos efeitos de branqueamento e do mito da democracia racial. Essa função é o controle e legitimação da situação vigente da população negra, advinda do legado da escravidão que durou quase quatro séculos. Contudo, tais questões adquirem outros olhares na atualidade, como argumenta Hasenbalg (2005), explicando que tal processo é resultado das desigualdades entre brancos e não brancos, e que tais processos geram mecanismos de poder, bem como de inferiorização e de desqualificação das pessoas negras na luta pela mobilidade social. Desigualdade racial deve ser entendida como “[...] toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição

de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica” (BRASIL, 2011, p. 8).

Nessa ideia, reafirmamos as imbricações desse contexto no dispositivo do racismo por interpretarmos que se reconfigurou cada vez mais nas práticas sociais em tempos de pandemia. Para Gomes (2017, p. 51), “[...] o Brasil construiu, historicamente, um tipo de racismo insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade”. Como um sistema, remete às desigualdades raciais, normatizando ações e condutas racistas, logo, o racismo ficou muito evidente na mídia, numa discursivização que remete ao passado, presente e futuro da população negra. E diante desse cenário, em razão do preconceito e da discriminação racial, o tema vem ocupando cada vez mais o debate nacional. Reiteramos assim que “[...] o racismo se constitui num sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e inferioridade racial” (GOMES, 2017, p. 98).

No que se refere ao conceito de dispositivo, aqui não temos a pretensão de problematizar essa noção. Esse termo teve origem nos 1970, e quer dizer um operador materializado no poder, em estratégias e em formas de dominação, e possui natureza heterogênea (REVEL, 2005). Essa noção nos ajuda a compreender o racismo enquanto um dispositivo de poder que perpassa as práticas sociais na atualidade. Na análise foucaultiana, os dispositivos tanto são discursos como práticas. Nesse sentido: “[...] consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2005, p. 55).

Acerca de dispositivo, a analítica foucaultiana considera:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito [...]. O dispositivo é uma rede que se pode estabelecer entre esses elementos (REVEL, 2005, p. 40).

Assim, o racismo age como um dispositivo, “[...] um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2018, p. 51). Funciona enquanto uma tecnologia, atuando na construção da reexistência do sujeito negro na sociedade e como “[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio

de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Nesse embate de poder, o racismo se manifesta em relações sociais e históricas, formulado nas práticas discursivas. Sendo relacional, “sofre alterações em decorrência do tempo”, de modo que “O racismo certamente desempenhou um papel relevante entre os grupos-alvo, dando origem a relações complexas de identidades resistentes” (BETHENCOURT, 2018, p. 21 e 29). Isso vai demandando novos modos e espaços do sujeito negro resistir na sociedade.

Nesse sentido, inter-relacionamos racismo discursivo e reexistência às relações étnico-raciais de poder como formas de saber. Ressalvamos ainda que “[...] a ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem devemos acreditar” (KILOMBA, 2019, p. 53). Ao discorrermos sobre o racismo discursivo, estamos falando do racismo linguístico que se desenha, ou seja, na exclusão do outro, do negro (NASCIMENTO, 2019). Trazendo para o campo da mídia, o racismo se correlaciona no discurso midiático como um dispositivo de poder, visto que o racismo coloca sobre o sistema uma “[...] determinada maneira de *dispor*, de *ordenar* ou de *posicionar* estrategicamente sujeitos e equipamentos” (MANSANO, 2009, p. 18, grifos da autora). Quando pensamos na resistência da mulher negra, essa relação se dá numa liquidez da existência, por meio de diferentes estratégias discursivas inseridas na vida pandêmica. No que se refere à vida líquida, encontramos em Bauman (2007, p. 8) a proposição que “[...] vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante”.

Neste caso da fala feminina negra, é necessário dialogar com as teorias decoloniais, no sentido da descolonização dos discursos, perspectiva que tem sido discutida por diversos autores e em diferentes olhares. As bases conceituais implicam pensar numa colonialidade de poder e do saber, objetivando subverter as relações eurocêntricas impostas na “[...] classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2010, p. 73). Isso implica subverter as relações coloniais entre negros, mulheres, indígenas, entre outros grupos cujos saberes são marginalizados na sociedade.

Nesse sentido, buscamos destacar em intelectuais negras pontos para uma melhor compreensão de elementos discursivos por meio do movimento negro. Desse posicionamento sujeito, assumimos o termo mulher negra para além de uma categoria discursiva. Quando

falamos mulher negra, estamos dizendo das especificidades de nossas experiências de passos que vem de longe, desde os povos negros e africanos da diáspora. Considerando ainda as seguintes palavras de Werneck⁵:

A gente é mulher negra, não mulher e negra. É uma experiência compacta, inteira e singular, que traz vários reflexos em nossa vida. Um deles é a exclusão que o racismo patriarcal produz. Somos colocadas à margem, vivemos na extrema pobreza, excluídas da sociedade, da educação, da saúde. Mas não é só coisa ruim. Somos herdeiras de mulheres que lutaram e construíram a própria força. Temos como referência outras mulheres negras, que nos ensinam como somos capazes de resistir.

Dessa maneira, também articulamos com Gonzalez (1984, p. 224), quando diz que “[...] o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”. Ao discutir as questões das mulheres negras sob o viés discursivo e psicanalítico, desconstrói o mito da democracia racial, além de interseccionar as categorias de raça, gênero e classe. Nessa discussão, destacamos que “[...] para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Ribeiro (2017, p. 61) considera que “[...] uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma”. Essa questão é necessária visando romper com a invisibilidade e uso do termo para além de uma categoria discursiva, mas como um pertencimento. Segundo Ribeiro (2017, p. 64): “Pensamos no lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”.

Em relação às nossas experiências subjetivas nesse contexto do racismo, encontramos uma abordagem em Kilomba (2019, p. 74, grifos da autora) com a qual concordamos acerca de nos tornarmos sujeitos “[...] na maneira pela qual é possível que mulheres negras alcancem o status de ‘sujeitos’ no contexto do racismo genderizado”. Para essa autora, não há como separar raça e gênero, pois são termos que se fundem produzindo efeitos de sentido simultâneos. Daí ela discorre sobre o conceito de racismo genderizado referindo-se às opressões na estrutura de visões racistas acerca das questões de gênero. No caso das mulheres negras na sociedade branca e patriarcal, a autora mostra o impacto do gênero nas formas de viver o racismo cotidiano e nos adverte acerca da necessidade de reconhecermos as mulheres

⁵ Entrevista concedida em 2016, disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/27/jurema-werneck-somos-herdeiras-de-mulheres-que-construiram-a-propria-forca/>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

negras em espaços racistas. Logo, a constituição da reexistência da mulher não é única, mas um conjunto de experiências de vida nas quais o racismo é experienciado, sendo um dos pontos de sua análise justamente as estratégias de resistência.

Diante das noções apresentadas, analisamos como a reexistência se constitui no enunciado no contexto do racismo discursivo e das desigualdades raciais e na construção da existência e resistência acerca da fala feminina negra. O enunciado é “[...] apreendido como discurso e acontecimento, produzindo sentido a partir das relações que estabelece com outros enunciados e momentos enunciativos” (SARGENTINI, 2004, p. 90). Para tanto, fazemos uma descrição dos enunciados e suas condições de produção e logo depois os gestos de interpretação e análise.

3 Esboço analítico acerca da constituição da reexistência na fala da mulher negra em enunciados da mídia

Nesta análise partimos de um gesto de interpretação vendo que o discurso midiático vai disseminando diferentes formas nos processos de existência, resistência e reexistência do sujeito. Compreendemos a mulher negra enquanto sujeito da sociedade que enuncia nessas sequências discursivas e que se caracterizam no contexto de práticas de racismo enquanto dispositivo de poder, o que implica pensar “[...] o antirracismo, com a ressalva de que sobre a mulher negra incide a opressão de classe, de gênero e de raça, tornando o processo ainda mais complexo” (RIBEIRO, 2019, p. 11).

A partir do questionamento de como a reexistência se constrói nesses enunciados da mídia, apresentamos três enunciados do Portal G1 de Pernambuco, que se inserem nessas reflexões do funcionamento da reexistência. Apontamos uma ligação assemelhada entre o coronavírus e o “vírus” do racismo, sempre se proliferando por meio da violência racista para com os corpos negros, reiterando o movimento “Vidas Negras Importam” contra a violência às pessoas negras e que reacendeu em 2020, ganhando as ruas pela morte do negro George Floyd nos Estados Unidos e trazendo o racismo ao debate, além de outros eventos que produzem discursos e enunciados como produções de sentidos, instaurando lutas e resistências por reparação e emancipação da população negra. Ao mesmo tempo, reatualizam o tema do racismo nos diferentes espaços sociais e midiáticos: como exemplo, em 2014, a morte de Claudia Ferreira da Silva, que, em razão de uma operação policial no Rio de Janeiro, teve seu corpo colocado no porta-malas do carro da polícia, que abriu e seu corpo foi

arrastado pelas ruas; trata-se de mais uma discursividade que ganhou repercussão nos veículos jornalísticos.

Focalizamos o discurso midiático emergindo na historicidade do tempo presente, fortemente marcado pelo novo coronavírus. O primeiro enunciado, codificado em (E1), foi publicado no dia 2 de junho de 2020, no portal G1, sob o título “Criança de 5 anos morre após cair do 9º andar de prédio no Centro do Recife”, diz o seguinte:

Enunciado 1 (E1)

Criança de 5 anos morre após cair do 9º andar de prédio no Centro do Recife, Recife, em 2 de junho de 2020

Um menino de 5 anos morreu, nesta terça-feira (2), após cair do 9º andar de um prédio no bairro de São José, no Centro do Recife. Segundo a Polícia Militar, o caso ocorreu às 13h, no Condomínio Pier Maurício de Nassau, um dos imóveis do conjunto conhecido como "Torres Gêmeas". A mãe dele trabalhava no quinto andar do prédio.

Miguel Otávio Santana da Silva era filho de uma empregada doméstica. O perito criminal André Amaral, que esteve no local para as primeiras investigações, informou que é possível informar a altura da queda. "Ele caiu de uma altura aproximada de 35 metros", afirmou o profissional.

Podemos perceber no enunciado que a ordem discursiva produz efeitos de sentido correlacionados com outros enunciados no campo das relações de grupos étnico-raciais, sendo também “[...] sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008, p. 31). Esse entendimento nos leva a pensar a existência material como o campo da mídia que traduz o campo das lutas e lugares da fala feminina negra produzida por Mirtes. Assinalamos o acontecimento de uma mulher negra, mãe e empregada doméstica tomada pela notícia da morte do seu próprio filho, e que nos chama a atenção acerca do cuidado e do trabalho doméstico. O discurso midiático vai construindo representações e desvelando questões que ainda são presentes nas condições de classe, gênero e raça, enredadas nas discursividades naturalizadas de que a “[...] mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão” (GONZALEZ, 1984, p. 226).

O enunciado (E1) diz ainda sobre a queda do menino, que era filho de uma empregada doméstica que trabalhava no quinto andar de um edifício, marcando uma rede discursiva com a exterioridade na qual os negros tornam-se visíveis. Essa formulação produz sentido “[...] não porque talvez possamos estar em perigo ou em risco, ou precisar de proteção legal, mas sim porque tal realidade desconfortável perturba a estável imunidade ‘branca’” (KILOMBA, 2019, p. 72, grifos da autora). A representação da fala feminina da mulher negra no campo da

mídia pode ser vista como uma estratégia de apagamento no quesito racial, compreendendo o funcionamento do discurso midiático, revelado nessa invisibilidade e silenciamento, a constituição da reexistência.

Esse cenário nos faz associar ao discurso do “sem lugar” centrado na “[...] instauração de outras narrativas capazes de abordar dimensões variadas sobre esse grupo racial, o que confere à discussão uma dimensão política” (BORGES, 2012, p. 178). A mídia produz um efeito de sentido, pois “a narração tem a qualidade de transpor um tempo para outro tempo, o que nos conduz a pensar que o tempo discursivo em torno das representações da mulher negra na mídia ainda se vincula a arquétipos cristalizados no passado” (BORGES, 2012, p. 200). Vemos, portanto, posições sujeito se inscrevendo e reconfigurando no dispositivo do racismo.

Nesse sentido, o processo da constituição da reexistência feminina negra vai se dando em práticas discursivas da mídia, que circunscrevem o sujeito em confrontos e embates, envolvendo estratégias linguísticas na forma como essa reexistência aparece na mídia, bem como se apresenta os grupos étnico-raciais, pois diversos temas relacionados ao povo negro são, por vezes, descritos estereotipadamente. Isso advém historicamente da consequência reiterada do mito da democracia racial cuja visão “[...] paralisa a prática antirracista, pois romantiza as violências sofridas pela população negra ao escamotear a hierarquia racial com uma falsa ideia de harmonia” (RIBEIRO, 2019, p. 10).

Desse modo, a notícia gerou embates sobre a queda do menino do prédio, numa altura de aproximadamente 35 metros. É o corpo do sujeito negro conjugado no exercício de poder da mídia cuja história faz emergir para o sujeito mulher negra, sua mãe, formas de reexistência que se dão na relação com a história, nas lutas pela emancipação social, bem como se constroem discursivamente no seu existir, ressignificadas diante das relações de poder que instauram a resistência negra. Quando pensamos nessa reexistência, vemos que esses enunciados produzem efeitos de sentido do racismo, permeado por relações de inferioridade e superioridade, além de ações e condutas de desumanização, dentre outras dimensões.

Ainda em se tratando do enunciado (E1), ele produz efeito de sentido acerca da emergência de posições sujeito mulher negra, mãe e empregada doméstica em práticas de reexistência, uma vez que o enunciado “[...] pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2005, p. 105). Contudo, as posições sujeito no discurso midiático, mãe e empregada doméstica, colocam a mulher negra no lugar subalternizado, sobretudo na sua condição de trabalhadora

diante do racismo, retomada e reconfigurada no discurso da mídia, de enunciados fundadores sobre a força de trabalho da mulher na sociedade patriarcal.

Nessa direção, o discurso da mídia apresenta posições discursivas que nos faz recorrer ao passado, no sentido de compreender essa materialização na produção de novos sentidos do legado da escravidão na vida de mulher negra. Para Davis (2016, p. 18), “[...] a exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava”.

Ainda nesse enunciado (E1), vimos a *hashtag* #justiçapormiguel viralizar nas redes sociais com repercussão nacional em comentários de políticos e artistas. Esse elemento constitui novas formulações entre os ativistas do movimento negro, dizendo respeito à produção de sentido nas mídias digitais, além de protestos na cidade de Recife – PE, na própria constituição da reexistência da situação da mulher negra, discursivada como mãe e empregada doméstica no espaço social de privilégio do branco. Isso nos mostra o funcionamento do dispositivo do racismo e de como se dão essas relações étnico-raciais. Essa ordem discursiva emerge em práticas discursivas da mídia cuja notícia mostra que a patroa foi detida somente no dia seguinte por suspeita de homicídio culposo, quando não há intenção de matar, além de sair da prisão logo após o pagamento de fiança de 20 mil reais.

Desse modo, o dispositivo do racismo faz parte da cultura, como um sistema de Estado que decide quem vai viver e quem vai morrer, pois “[...] as armas de fogo são expostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas” (MBEMBE, 2018, p. 71). Além disso, a pandemia tem proporcionado aos negros, uma maior proporção entre as mortes.

Na emergência histórica que constitui esse enunciado (E1), remetemos para a forma agravante desse acontecimento e a circulação de variadas formas discursivas em relação às dores e sofrimentos. A mulher negra vai se ressignificando e reexistindo em meio a perdas semelhante a outras mulheres durante a pandemia que perderam seus filhos pela violência do Estado brasileiro. O discurso da reexistência representa outras vozes na produção de sentido entre formações discursivas e relações raciais que afetam o povo negro no nosso país, de modo que esse enunciado reafirma a subalternidade, estando às margens, lutando pela sua emancipação.

Consequentemente, a fala feminina de Mirtes nos leva a interpretar que o discurso midiático permeia a constituição da reexistência da mulher negra, produzindo diferenciados efeitos de sentido da resistência. Trazem a correlação com outros enunciados que atravessam o direito à fala feminina negra e humanidade inscrita na formação discursiva midiática, de

forma que esses sentidos fazem parte de todo um conjunto marcado por historicidade e subjetividade. O enunciado E1 nos mostra o papel da mídia como veículo comunicativo e cultural, no exercício de influenciar acerca das variadas formas de existência, resistência e reexistência, sobretudo na produção subjetiva na sociedade.

Analisar esse material significa olhar para a prática discursiva da mídia e “[...] onde a mídia e as novas tecnologias de comunicação se posicionam frente a este assunto e qual a participação delas nas mudanças de estratégias de poder que hoje se verificam” (MOREIRA, 2002, p. 48).

Na sequência de nossa análise, o segundo enunciado, codificado em (E2), do dia 4 de junho de 2020, no Portal G1 de Pernambuco, traz como título “Mãe de menino que morreu ao cair de prédio diz que patroa, que estava com a criança, é mulher de prefeito: Se fosse eu, meu rosto estaria estampado”. Aqui já vemos a reexistência para a mulher negra no interior do discurso midiático, quando diz:

Enunciado 2 (E2)

Mãe de menino que morreu ao cair de prédio diz que patroa, que estava com a criança, é mulher de prefeito: 'Se fosse eu, meu rosto estaria estampado', em 04 de junho de 2020

"Se fosse eu, meu rosto estaria estampado, como já vi vários casos na TV. Meu nome estaria estampado e meu rosto estaria em todas as mídias. Mas o dela não pode estar na mídia, não pode ser divulgado". O desabafo foi feito por Mirtes Renata Souza, mãe do menino Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos. A criança morreu ao cair do 9º andar de um edifício de luxo no Recife após a mãe descer para passear com o cachorro dos patrões e deixar o menino aos cuidados da patroa.

Nessa materialidade midiática, vemos nos procedimentos linguístico-discursivos do enunciado a reiteração da mulher negra que trabalhava para uma autoridade política de Tamandaré, cujo nome não foi divulgado pela mídia. Esse fato provoca um efeito de sentido daquilo que pode e deve ser dito pela formação discursiva da mídia, mostrando as relações de poder da branquitude, uma vez que o nome da patroa não foi logo divulgado pelo poder do estado. Isso sempre ocorre com grande parte das vítimas do racismo, sob a justificativa de regularidades enunciativas da Lei de abuso de autoridade.

Nesse sentido, a mulher negra é posicionada na comunicação midiática e a reexistência é importante para compreendermos a posição por ela ocupada. Observamos a posição sujeito que constitui a reexistência naquilo que o dispositivo do racismo faz funcionar e permeia a existência na sociedade em sua relação de classe, gênero e raça. É fato que no enunciado (E2) temos embates que evidenciam lutas, confrontos no bojo das relações raciais e resistência. Para Ribeiro (2017, p. 65): “[...] mulheres ainda são aquelas moldadas para

desempenhar o trabalho doméstico e obrigadas a serem as maiores responsáveis pela criação dos filhos. Mulheres, sobretudo, negras, partem de pontos diferentes e conseqüentemente desiguais”.

Nesse contexto, a partir da linguagem da mídia, vemos o uso de estratégias discursivas e efeitos de sentido nos enunciados sobre a constituição da reexistência para Mirtes, sujeito mulher negra, emergindo em práticas sociais no dispositivo. Borges (2012, p. 180) coloca que “[...] nas representações advindas do material veiculado pelos meios de comunicação um ponto fulcral para a superação da discriminação e do racismo”.

Nessa perspectiva, podemos compreender a relação entre o dispositivo do racismo e o discurso midiático como inseridos na língua, história e memória, fazendo sentido nessa formação discursiva. Em suas condições de produção, temos o modo do funcionamento na (des)naturalização do racismo e dos modos das relações étnico-raciais em estratégias empregadas pela mídia.

Desse modo, pensar nessas dimensões linguísticas, históricas e sociais é adentrar nas lutas em torno de uma rede de saberes e poderes nas mais diversas enunciações, tais como políticas, econômicas, jurídicas, dentre outras. Nesse diálogo possível, interpretamos uma existência na reexistência, em razão do dispositivo do racismo que faz parte da estrutura do sistema e das práticas sociais cotidianas nas quais mulheres negras estão à margem. Contudo, “[...] a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade” (KILOMBA, 2019, p. 68).

Mesmo a mãe imersa em tanta dor, ela mostra formas de reexistência representativa das vidas negras que existem e resistem, quando diz que “se fosse eu, meu rosto estaria estampado”. Percebemos, nessa formação discursiva midiática, efeitos de sentido de inferiorização e de desumanização das vidas negras que, em sua grande maioria, parece naturalizar a superioridade da branquitude sempre impune no cenário do dispositivo do racismo.

No terceiro enunciado, codificado em (E3), do dia 25 de novembro de 2020, no Portal G1 de Pernambuco, que traz o título “Mãe de Miguel, Mirtes se matricula em curso de direito: 'meu filho me deu o dever de ajudar o próximo’”, destacamos o seguinte:

Enunciado 3 (E3)

Mãe de Miguel, Mirtes se matricula em curso de direito: 'meu filho me deu o dever de ajudar o próximo', em 25 de novembro de 2020.

A dor de perder o filho Miguel Otávio em junho deste ano deu forças a Mirtes Renata Santana de Souza para assumir um novo desafio: o de cursar direito a partir de 2021, no Recife, para se tornar advogada. “Me vi nessa missão. Meu filho me deu o dever de ajudar o próximo”, afirmou.

Miguel tinha 5 anos quando faleceu ao cair do 9º andar do prédio de luxo em que Mirtes trabalhava como empregada doméstica, no Cais de Santa Rita, no Centro do Recife. Segundo ela, o luto pela morte do filho trouxe a determinação para começar uma nova carreira, além da força para enfrentar preconceitos. “Eu já estou preparada para os desafios. Pode ser que eu passe por algum preconceito, mas já estou passando por coisas piores. Nada se compara à dor que estou sentindo”, declarou.

Os planos de chegar ao ensino superior, segundo Mirtes, eram antigos. “Antes, eu pensava em fazer administração a distância, para poder ter tempo de cuidar de Miguel. Agora, com essa tragédia, acabei escolhendo o direito porque senti na pele as injustiças e a morosidade do sistema. Me vi nessa missão de cursar direito para poder ajudar outras pessoas”, disse.

Nesse enunciado, reiteramos os modos como a reexistência é constituída no discurso midiático no dispositivo do racismo. A partir da análise, interpretamos um processo apreendido no tecido histórico e social da pandemia que o constitui. A reexistência, representada na posição sujeito ocupada por Mirtes, inscreve-se na discursividade do luto, que se transforma em luta. O sujeito mulher negra vai se ressignificando diante da desigualdade racial para poder existir em meio à dor que a dilacera. Essa mulher continua a viver, a reexistir, além de transformar a sua dor em sinônimo de liberdade e também de esperança. Esse enunciado (E3) representa a fala da mulher negra que segue resistindo e contando a sua história, constituindo práticas de reexistência inseridas num “[...] jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder” (FOUCAULT, 2013, p. 244).

Nesse contexto, o luto transforma-se em luta na história de vida que reexiste, ou seja, esse sujeito implica num cuidado de si, na resistência e reexistência. Ao dizer que vai estudar, começar uma carreira e superar o preconceito de raça e de gênero, exercendo a visibilidade, o que Kilomba (2019, p. 76) coloca, “[...] é a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo [...]. Quem pode ver suas realidades retratadas na mídia?”

No nosso olhar, em seu existir, a mulher negra diz ter sentido na pele as injustiças, mas vai se constituindo, subvertendo o sistema estrutural do racismo, como Mirtes que resolve cursar direito para poder ajudar outras pessoas. Aqui analisamos a produção do sentido articulada às relações entre racismo discursivo e desigualdades raciais. Mirtes reexiste da posição sujeito à margem, “[...] pois a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos” (KILOMBA, 2019, p. 68).

Para pensar as múltiplas materialidades do sentido que constroem a reexistência da fala feminina negra, recortamos enunciados vendo essa mídia como um lugar de produção da

forma como a sociedade se representa em relação ao sujeito negro. Esses enunciados são representativos das condições de possibilidades no enfrentamento dos problemas da população negra e que perpassam uma ordem discursiva e determinadas práticas de luta pela liberdade, frente ao racismo discursivo, no âmbito de uma microfísica do poder, resistência e reexistência na atualidade.

Investigar enunciados focalizando sujeitos invisibilizados nos faz compreender que a mídia inscreve formas de reexistência para a mulher negra no discurso, seja naturalizando ou desnaturalizando situações sociais dos sujeitos negros em práticas cotidianas e institucionais cujo racismo é estrutural e violento. A análise abre possibilidades para investigarmos outras questões, especialmente as que adentram em formações discursivas descolonizadoras dos processos de subjetivação entre negritude e branquitude operando num sistema de hierarquias e de perpetuação das desigualdades sociais e raciais, bem como os sentidos do sofrimento, dor e desespero envoltos nas relações de classe, raça e gênero acentuadas pela pandemia, que operam o poder e a justiça. Além disso, como explica Davis (2017, p. 20), “[...] se quisermos elevar a condição de toda a comunidade à medida que escalamos as alturas do empoderamento, devemos estar dispostas a oferecer uma resistência organizada contra as crescentes manifestações de violência racista por todo o país”.

Por essa razão, a reexistência tem sido discursivizada, pois vemos diferentes formações discursivas nas quais o sujeito faz ressoar vozes de outras mulheres em espaços étnico-raciais, pensando, atuando, existindo, resistindo e reexistindo. Essas materialidades discursivas posicionam os sujeitos negros e não negros, sobretudo, os mais vulneráveis, a enfrentar momentos de exclusões e lutas, no contexto das relações raciais na sociedade, que dizem respeito aos “[...] avanços e melhorias das relações entre negros e brancos desde o Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos” (CASHMORE, 2000, p. 48).

Com este trabalho, vemos que os dispositivos das desigualdades raciais e do racismo discursivo produzem novos modos de constituição de subjetividades, trazendo possibilidades de descrição e análise de variadas práticas sociais no interior das formações discursivas. Nessa análise, o testemunho da fala feminina negra de resistência e reexistência revela-se nas suas formas de superação às adversidades e às situações de preconceito, em especial na vida pandêmica a qual escancarou o dispositivo do racismo. Portanto, a reexistência é uma necessidade diante do cenário da desigualdade racial.

4 Considerações finais

Neste artigo, compreendemos o funcionamento dos modos de reexistência na produção e difusão de enunciados da mídia em um portal de notícias *on-line* em tempos de pandemia, uma vez que essa acentuou as desigualdades raciais, no cenário de racismo, que faz parte dos valores socioculturais em nosso país. Os resultados apontam para uma fala feminina negra entre desigualdade, preconceito e discriminação e que encontra lugares de reexistência negra possível no enfrentamento às opressões.

Analisamos alguns enunciados, na relação entre língua, sujeito e história, publicados na mídia virtual brasileira, sobremaneira num portal de notícias do Nordeste, que aborda o caso sobre o menino Miguel e sua mãe Mirtes, no ano de 2020 durante a pandemia do Covid-19. Dessa forma, por meio de um olhar discursivo, vimos a existência e resistência da voz feminina negra como lugar de reexistência neste tempo presente. O discurso midiático promove efeitos de naturalização e, ao mesmo tempo, de desnaturalização de práticas racistas, dando visibilidade ao tema e provocando determinados silenciamentos das vozes negras. Por meio da língua, história e formação discursiva, o sujeito negro resiste e reexiste e busca outros modos de reexistência na afirmação da sua identidade. Compreender a importância das práticas discursivas antirracistas é fundamental para nossos usos de linguagem e exercício de reexistência.

Com isso, concluímos que o discurso midiático, inserido em formações discursivas, reatualiza memórias acerca dos modos de viver e morrer de grupos étnico-raciais na contemporaneidade. Esse discurso se insere numa historicidade da pandemia e da violência no Brasil. Tal questão, como afirma Silva (2020, p. 280), “[...] da forma como historicamente foi endereçada, permite ser tratada como desdobramento de uma necropolítica, de uma política de soberania, que decide, de fato, quem deve morrer e quem pode viver”.

Desse modo, há toda uma produção na apreensão e compreensão do sujeito historicamente constituído em relações de poder nas lutas do movimento negro contra o racismo e as diversas formas de superação desse fenômeno na sociedade que produzem linguagem e reexistência (BRITO; MUNIZ; SOUZA, 2018).

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. Tradução Luís Oliveira Santos e João Quina Edições. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do Outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In: BORGES, R. C. S.; BORGES, R. (orgs.). **Mídia e Racismo**. Petrópolis: Dpet Alii; Brasília: ABPN, 2012, p. 178-203.

BRAGA, Amanda; PIOVEZANI, Carlos. Discursos sobre a fala feminina no Brasil contemporâneo. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, p. 1-19, 6 jan. 2021. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1694>>. Acesso em: 20 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1694>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução 01/2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. **Lex**. Brasília, DF: 2004.

BRASIL, Presidência da República-Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Estatuto da Igualdade Racial**: Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília-DF: SEPPIR, 2011.

BRITO, Thiago Henrique Borges; MUNIZ, Kassandra; SOUZA, Ana Lúcia Silva. Letramentos de reexistência: produção de cartazes digitais como forma de afirmação da intelectualidade jovem e negra. **Revista ABPN**, v. 10, p. 601-628, 2018. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/556>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Tradução Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

HANSENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades no Brasil**. Tradução Patrick Burglin. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sorria, você está sendo controlado: resistência e poder na sociedade de controle**. São Paulo: Summus, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: São Paulo: Vozes, 1994.

MOREIRA, Elizabeth Huber. **A mídia e o exercício do poder na atualidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas: Paz e Terra, 2016.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do; SANTOS, Antonio Genário Pinheiro dos. Fique em casa: heterotopia, biopoder e construção de sentidos em discursos sobre a pandemia de Covid-19. **Diálogo das Letras**, v. 9, p. 1-19, e02030, 23 dez. 2020. Disponível em: <<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/DDL/article/view/2769>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 163-252.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A descontinuidade da História: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 77-96.

SILVA, Mozart Linhares. Necropolítica e violência racial no Brasil. In: BRAGA, A.; SÁ, I. (orgs.). **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. São Paulo: Pontes Editores, 2020, p. 275-304.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Linguagem e letramentos de reexistências: exercícios para reeducação das relações raciais na escola. **Revista Linguagem em Foco**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 67-76, 2019. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1908>>. Acesso em: 11 maio 2021.

SOUZA, Pedro de. Resistir, a que será que se resiste? O sujeito feito fora de si. **Linguagem em (Dis)curso**, [S. l.], v. 3, p. 37-54, set. 2003. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/245>. Acesso em: 12 maio 2021.

Recebido em: 4 de fevereiro de 2021

Aceito em: 6 de maio de 2021